



1ª CIRCULAR

Nos dias **27, 28 e 29 de março de 2023** a Rede Ibero-americana de Observação Territorial (RIDOT) e o Laboratório de Geoprocessamento e Estudos Ambientais (LAGEAMB) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) realizam o **VII Workshop RIDOT**, no formato **híbrido**, em **Curitiba, Paraná, Brasil**.

A RIDOT tem como objetivo a cooperação e o trabalho de grupo na área do ordenamento, planejamento do desenvolvimento territorial e observação e governança territorial. A Rede tem como princípio orientador a análise e diagnóstico das dinâmicas territoriais no espaço ibero-americano, a proposição de indicadores que especifiquem essas tendências, bem como novos métodos para a elaboração de instrumentos de planejamento, avaliação da sua evolução e das políticas destinadas a promover desenvolvimento territorial sustentável e as melhores práticas de boa governança territorial.

Os Workshops da RIDOT são realizados a cada 2 anos, visando reunir pesquisadores, acadêmicos, técnicos e políticos de diversos países ibero-americanos preocupados com os efeitos das mudanças climáticas, as dinâmicas territoriais e as flutuações e transformações que ocorrem no entorno da economia e da sociedade, processos que impactam o território e afetam as condições de vida da população.

O primeiro Workshop ocorreu em 2009, em Mendoza, na Argentina, e desde então já foram realizadas seis edições do evento em diversos países membros. Por conta das dificuldades enfrentadas durante a pandemia do Covid19, o VII Workshop foi adiado para 2023, porém, em 2021 foi realizado o **Pré-RIDOT** Curitiba, no formato online. O Pré-RIDOT foi realizado nos dias 8 e 9 de setembro 2021 e contou com 371 participantes de 14 países.

Convidamos a todos que não puderam participar a assistirem a gravação disponível em: <https://lageamb.ufpr.br/eventos/pre-ridot/> Durante a programação foram apresentados os cinco eixos temáticos que receberão trabalhos no VII Workshop RIDOT – Curitiba:

ORGANIZAÇÃO:





Eixo 1 - Competitividade versus Justiça Territorial

Eixo 2 - Sistemas e dinâmicas territoriais: revisando as interrelações urbano-rurais

Eixo 3 - Sistemas de apoio à tomada de decisão

Eixo 4 - O território e seu ordenamento na agenda política

Eixo 5 - Ambiente e Território: Sustentabilidade e Adaptação.

A descrição dos eixos, na íntegra, pode ser consultada no anexo à essa 1ª circular.

O VII Workshop RIDOT – Curitiba abrirá as **inscrições e submissões** de trabalho em **Agosto/2022**, pelo site do evento, na plataforma Doity: <https://doity.com.br/viiworkshopridot>.

A **taxa de inscrição** terá um valor promocional até **30 de Novembro de 2022**:

R\$ 100,00 (ou US\$ 20) para os ouvintes;

R\$ 250,00 (ou US\$ 50) para os apresentadores de trabalho.

As informações referentes às normas para submissão de trabalhos, modalidades, meios de inscrição e demais informações serão divulgadas em breve, na próxima circular, no site do evento e nas redes sociais oficiais do VII Workshop RIDOT-Curitiba:

Instagram: <https://www.instagram.com/ridotcuritiba/>

Facebook: <https://www.facebook.com/ridotcuritiba>

Twitter: <https://twitter.com/RIDOTCURITIBA>

Dúvidas podem ser enviadas para: lageamb@ufpr.br

Esperamos contar com a presença de todos vocês!

Comissão Organizadora.



EIXOS TEMÁTICOS

1. **Competitividade versus Justiça Territorial.**

Coordenadores: Margarida Queirós (POR) e Joaquin Farinós (ESP).

Em geral, as agendas neoliberais, que determinam o sucesso e a competitividade das cidades e territórios contemporâneos, têm forte impacto na paisagem, afetam experiências de uso do espaço em diferentes escalas e exigem políticas públicas de planejamento e gestão do solo (Lefebvre, 1991). A justiça espacial é antes de tudo um quadro analítico que põe em primeiro plano o papel do espaço - um conjunto de relações materiais e ideológicas que atuam nas relações sociais, mas também são por elas formadas - na produção de justiça e injustiça social. Sua manifestação territorial cede lugar a políticas de correção de desequilíbrios territoriais e à procura de uma maior coesão e cooperação entre cidades e territórios, e entre a cidade e o seu entorno imediato como regiões urbanas (com diferentes alcances).

Para Soja (2010), os conceitos de "justiça espacial" e "direito à cidade" têm sido usados de forma interligada e é difícil separá-los. Na verdade, o direito à cidade serve como um referencial teórico que sintetiza os debates que levaram à teoria espacial da justiça. A defesa do direito à cidade é mais do que o direito de acesso ao espaço, é o direito de transformá-lo na construção de cidades e territórios inclusivos, dando atenção especial à noção de espaço comum (o bem comum). Assim, uma noção geral de justiça espacial terá necessariamente de ser concebida tendo em conta: (i) as escalas territoriais relevantes para a existência humana (Soja, 2010) e, (ii) o conceito de 'coesão territorial' que visa melhorar a integração territorial e fomentar a cooperação entre regiões, consolidando e alargando o conceito de coesão econômica e social e, por último, territorial.

Essas dinâmicas levantam questões sobre a efetividade do direito de acesso à cidade e ao resto do território e de formas inovadoras e alternativas de planejamento que contemplem possibilidades de alcançar o equilíbrio, a justiça territorial e a qualidade de vida, evoluindo

da competitividade à produtividade e à inovação, da igualdade entre as pessoas à igualdade entre territórios, e as políticas quem podem às torná-las realidade. Portanto, este eixo visa refletir sobre:

- Em que circunstâncias são gerados territórios (in)justos e em que escalas geográficas são produzidos? Da desigualdade social à territorial, formas em que o "caráter territorial" pode ser operacionalizado e prático;
- Quais são seus atores e estratégias e quais as formas de relacionamento, governo e governança identificáveis? Do conflito à negociação e o acordo para novas formas e modelos de desenvolvimento. Limites para crescimento e inovação. Lições aprendidas e propostas de experiências bem-sucedidas;
- Que medidas podem ser tomadas para que a (in)justiça territorial - ou a (des)ordem socioespacial - dê origem a cidades e territórios mais equilibrados ou promova o desenvolvimento de territórios mais solidários e equitativos? Políticas capacitadoras e corretivas. Análise comparativa e boas práticas.

2. **Sistemas e dinâmicas territoriais:** revisando as interrelações urbano-rurais.

Coordenadores: Franz Gutiérrez Rey (COL) e Israel Cabeza (COL).

A construção urbano-rural tem determinado uma fragmentação (diferenciação, segregação, entre outras) do território, de acordo com os processos de desenvolvimento de cada sociedade, ao contrário do continuum que significa para outras culturas, desta forma diferentes visões parecem compreender essas inter-relações, dando primazia a uma das duas arestas, seja ela rural ou urbana. A abordagem destas realidades, nas suas diferenças ou conexões, constitui o principal interesse a ser abordado neste eixo, de forma a dar conta do sentido que o rural e o urbano adquirem na produção e organização do espaço territorial.

Nesse sentido, processos relacionais como a ampliação de seus limites e fronteiras nos obrigam a pensar em diferentes formas de planejamento que vão além das jurisdições tradicionais e permitem novas sinergias. Assim, a importância do planejamento territorial surge mais



RIDOT^{RED}
IBEROAMERICANA
DE OBSERVAÇÃO
TERRITORIAL



VII WORKSHOP
Red Iberoamericana de
Observación Territorial

uma vez como um processo de enfrentamento dos desafios ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos institucionais dos espaços urbano-rurais que são vistos como articuladores dos processos e funções urbanas, em resposta às demandas dos espaços integrados no interior e no exterior das entidades territoriais para corrigir qualquer tipo de fragmentação ou desigualdade, juntamente com a possibilidade de enfrentar as alterações climáticas e problemas ambientais mais amplos, promovendo novas territorialidades de emancipação e paz.

O interesse deste eixo centra-se então nas questões da relação urbano-rural e vice-versa, em termos de oportunidades, limitações, problemas, construção de cenários e soluções alternativas, no quadro de uma relação que permita uma melhor qualidade de vida.

3. Sistemas de apoio à tomada de decisão.

Coordenadores: Angel Pueyo Campos (ESP), Marcela Virginia Santana (MEX), Eduarda Marques da Costa (POR) e Carlos López Escolano (ESP).

Os desafios colocados por processos como a globalização econômica, a hibridização física e digital, as mudanças climáticas, a degradação dos recursos naturais, a poluição ambiental, a expansão das metrópoles, a vulnerabilidade social, os desequilíbrios territoriais ou crises pandêmicas e sistêmicas. novas abordagens teóricas e metodológicas e estratégias para conhecer a realidade em mudança e abordar a tomada de decisão.

A governança territorial requer, portanto, novos vínculos entre acadêmicos, técnicos, políticos e a sociedade, onde ferramentas e sistemas de apoio à tomada de decisão têm um papel cada vez mais decisivo para o governo multinível (vertical) e multissetorial (horizontal). O crescente interesse dos cidadãos na participação e no desenvolvimento da governança torna necessário avançar para modelos mais acessíveis, consensuais, inclusivos e participativos para construir territórios e populações mais resilientes; ao mesmo tempo que a academia exige o reforço das esferas técnica, política e informativa, oferecendo sistemas de

ORGANIZAÇÃO:





RIDOT^{RED}
IBEROAMERICANA
DE OBSERVACIÓN
TERRITORIAL



VII WORKSHOP
Red Iberoamericana de
Observación Territorial

apoio à tomada de decisões úteis ao planejamento e ordenamento urbano-territorial.

Neste contexto, os sistemas e ferramentas de apoio à tomada de decisão assumem o desafio de contribuir para novos desenvolvimentos nas diferentes áreas: monitoramento e acompanhamento territorial através de geotecnologias e Sistemas de Informação Geográfica, sistemas de consulta automatizada e visualizadores, observatórios geográficos e territoriais, geo-crowdsourcing, avaliações emocionais ou sensoriamento remoto. Esta linha temática pretende reunir iniciativas, pesquisas e abordagens teóricas e aplicadas, orientadas para a concepção e geração de bases de dados georreferenciadas, análise espacial, produção de relatórios, dashboards e obtenção de cartografia participativa em tempo real; bem como a proposição de métodos e indicadores inovadores para a avaliação de políticas, planos e ações na área de ordenamento e gestão do território.

4. O território e seu ordenamento na agenda política.

Coordenadores: María Elina Gudiño (ARG), Jaime Rebolledo (CHI), Lorena Vivanco Cruz (EQU) e Roberto Sousa (CUB).

Duas iniciativas das Nações Unidas, a Estratégia 2030 para o Desenvolvimento Sustentável aprovada na Assembleia Geral de 2015 e a Nova Agenda Urbana que surgiu na III Conferência Habitat realizada no Equador em 2016, serviram para destacar os grandes eixos em torno dos quais os governos devem concentrar sua atenção, a fim de mudar o modelo de desenvolvimento. Neste contexto, vale a pena perguntar-nos: onde está o território, o seu ordenamento e a prática política da sua ordem? Quais são os desafios que as nossas sociedades têm em termos de organização e uso do território?

Este eixo oferece um espaço de análise e discussão sobre os seguintes temas:

- O Ordenamento Territorial como opção renovada para o planejamento do desenvolvimento sustentável, integrando a dimensão territorial aos ODS 2030;

ORGANIZAÇÃO:





RIDOT^{RED}
IBEROAMERICANA
DE OBSERVAÇÃO
TERRITORIAL



VII WORKSHOP
Red Iberoamericana de
Observación Territorial

- Coesão social, económica e territorial, princípio do Ordenamento do Território que procura soluções alternativas para problemas como: assimetria social, identidades exclusivas, marginalização, segregação, fragmentação;
- Obtenção de melhores diagnósticos e alternativas de atuação prática, a partir de multi-escalaridade, multi-dimensionalidade, e outras conceituações como sistemas relacionais, complexidade, auto-organização, entropia, ambiente e processos;
- Propostas de diretrizes de planejamento e gestão territorial para a tomada de decisões estratégicas sobre a inter-relação entre as mudanças climáticas (crise ecológica) e o surgimento da pandemia COVID -19 (crise sanitária);
- Relações entre a política de ordenamento do território e as políticas setoriais (infraestrutura, proteção ambiental, rural etc.): limites, possibilidades e opções (quer abordagens teóricas quer -e / ou- análise de casos e experiências comparadas) para extrair algumas lições sobre gestão multinível e governança territorial;
- Dificuldades e desafios para a aprovação e aplicação dos instrumentos decorrentes da política de ordenamento do território.

5. Ambiente e Território: Sustentabilidade e Adaptação.

Coordenadores: María Esther Ayala (MEX) e Eduardo Vedor (BRA).

No contexto socioambiental global em que vive nossa sociedade, o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) é vital para nossa perenidade. Alguns dos problemas e desafios gerais que enfrentamos exigem o fornecimento de estratégias para acabar com a desigualdade socioeconômica, a pobreza, a insegurança alimentar, a perda de biodiversidade, a desertificação e a vulnerabilidade da sociedade às mudanças climáticas. Da mesma forma, ações diretas para salvaguardar os recursos naturais, ecossistemas e seus serviços ambientais; garantir a saúde humana, a educação, promover sociedades pacíficas, igualitárias e inclusivas e o acesso à justiça.

ORGANIZAÇÃO:





RIDOT^{RED}
IBEROAMERICANA
DE OBSERVAÇÃO
TERRITORIAL



VII WORKSHOP
*Red Iberoamericana de
Observación Territorial*

Portanto, incluir a dimensão ambiental é fundamental para o alcance da sustentabilidade. As mudanças climáticas e outras formas de degradação ambiental estão gerando cenários territoriais complexos em diversas áreas da atividade humana, aumentando o número de vítimas devido à exposição a desastres naturais e áreas de risco, aumentando a probabilidade de pandemias como a COVID-19, causando diversos efeitos sobre ecossistemas e seus serviços ambientais, bem como sua influência negativa em diversos setores econômicos, como turismo e imobiliário, entre outros.

Essas condições estão impondo desafios complexos que exigem a formulação de novas políticas territoriais e ambientais que permitam à sociedade se adaptar a novos cenários. Implementar ações para criar territórios, cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Gerar e implementar políticas públicas relevantes que vinculem a relação saúde- ambiente, fortaleçam a aplicação do marco regulatório ambiental e seus diversos instrumentos para reduzir os impactos gerados pelas diversas atividades econômicas no território e criem as condições para o alcance de uma sociedade sustentável.

ORGANIZAÇÃO:





1ª CIRCULAR (español)

Los días **27, 28 y 29 de marzo de 2023** la Red Iberoamericana de Observación Territorial (RIDOT) y el Laboratorio de Geoprocesamiento y Estudios Ambientales (LAGEAMB) de la Universidad Federal de Paraná (UFPR) realizan el **VII Workshop RIDOT**, en el formato **híbrido**, en **Curitiba, Paraná, Brasil**.

RIDOT tiene como objetivo la cooperación y el trabajo en grupo en materia de ordenación u ordenamiento, planificación del desarrollo territorial y observación y gobernanza territorial. La Red tiene como principio orientador el análisis y diagnóstico de las dinámicas territoriales en el espacio iberoamericano, la propuesta de indicadores para concretar estas tendencias, así como, nuevos métodos para la elaboración de instrumentos de planificación, evaluación de su evolución y de las políticas destinadas a promover el desarrollo territorial sostenible y las mejores prácticas de buena gobernanza territorial.

Los Workshops da RIDOT se realizan cada 2 años, con el objetivo de reunir investigadores, académicos, técnicos y políticos de diferentes países iberoamericanos preocupados por los efectos del cambio climático, las dinámicas territoriales y las fluctuantes y transformaciones que se producen en torno a la economía y a la sociedad, procesos que impactan en el territorio y afectan las condiciones de vida de la población.

El primer Workshop tuvo lugar en 2009, en Mendoza, Argentina, y desde entonces, se realizaron seis ediciones del evento en diversos países miembros. Por motivo de las dificultades enfrentadas durante la pandemia de Covid19, el VII Workshop fue postergado para el año 2023, sin embargo, en 2021 se realizó el **Pre-RIDOT** Curitiba, en formato online. El Pre-RIDOT fue realizado los días 8 y 9 de septiembre de 2021 y contó con 371 participantes de 14 países.

Invitamos a todos los que no pudieron participar a ver la grabación disponible en: <https://lageamb.ufpr.br/eventos/pre-ridot/> Durante la



RIDOT RED
IBEROAMERICANA
DE OBSERVAÇÃO
TERRITORIAL



VII WORKSHOP
Red Iberoamericana de
Observación Territorial

programación se presentaron los cinco ejes temáticos que recibirán trabajos en el VII Workshop RIDOT – Curitiba:

Eje 1 - Competitividad versus Justicia Territorial

Eje 2 - Sistemas y dinámicas territoriales: revisión de las interrelaciones urbano-rurales

Eje 3 - Sistemas de apoyo a la toma de decisión

Eje 4 - El territorio y su ordenación en la agenda política

Eje 5 - Ambiente y Territorio: Sostenibilidad y Adaptación.

La descripción de los ejes, completa, se puede consultar en el anexo de la 1ª circular.

El VII Workshop RIDOT – Curitiba abrirá las inscripciones y envíos de trabajo en Agosto/2022, a través del sitio web del evento, en la plataforma Doity: <https://doity.com.br/viiworkshopridot>.

La tasa de inscripción tendrá un valor promocional hasta el 30 de noviembre de 2022:

R\$ 100,00 (o US\$ 20) para los oyentes;

R\$ 250,00 (o US\$ 50) para los presentadores de trabajo.

Las informaciones referentes a las normas para envío de trabajos, modalidades, medios de inscripción y otras informaciones se divulgarán en breve, en la próxima circular, en el sitio web del evento y en las redes sociales oficiales del evento:

Instagram: <https://www.instagram.com/ridotcuritiba/>

Facebook: <https://www.facebook.com/ridotcuritiba>

Twitter: <https://twitter.com/RIDOTCURITIBA>

Cualquier duda puede ser enviada para el e-mail: lageamb@ufpr.br

¡Esperamos contar con la presencia de todos ustedes!

Comisión Organizadora.

ORGANIZAÇÃO:





RIDOT^{RED}
IBEROAMERICANA
DE OBSERVAÇÃO
TERRITORIAL



VII WORKSHOP
Red Iberoamericana de
Observación Territorial

EJES TEMÁTICOS (español)

1. Competitividad versus Justicia Territorial.

Coordinadores: Margarida Queirós (POR) y Joaquin Farinós (ESP).

En general, las agendas neoliberales, que determinan el éxito y la competitividad de las ciudades y territorios contemporáneos, tienen un fuerte impacto en el paisaje, afectan las experiencias de uso de espacio a diferentes escalas y exigen políticas públicas de planificación y gestión del territorio (Lefebvre, 1991). La justicia espacial es ante todo un marco analítico que pone en primer plano el papel del espacio -un conjunto de relaciones materiales e ideológicas que actúan en las relaciones sociales, pero también están formadas por ellos- en la producción de la justicia y la injusticia social, y su manifestación territorial, dando paso a políticas correctoras de los desequilibrios territoriales, y a la búsqueda de una mayor cohesión y cooperación entre ciudades y territorios, y también entre la ciudad y su entorno próximo como regiones urbanas (con diferentes alcances).

Para Soja (2010) los conceptos de 'justicia espacial' y 'derecho a la ciudad' se han utilizado de forma interconectada y es difícil separarlos. En efecto, el derecho a la ciudad sirve como marco teórico que resume los debates que condujeron a la teoría espacial de la justicia. La defensa del derecho a la ciudad es más que el derecho de acceso al espacio, es el derecho a convertirlo en la construcción de ciudades y territorios incluyentes, concediendo especial atención a la noción de espacio común (los comunes). Por lo tanto, una noción general de justicia espacial necesariamente tendrá que ser diseñada teniendo en cuenta: (i) las escalas territoriales relevantes para la existencia humana (Soja, 2010) y, (ii) el concepto de 'cohesión territorial' que busca mejorar la integración territorial y fomentar la cooperación entre las regiones, consolidando y extendiendo el concepto de cohesión económica y social y, finalmente, territorial.



RIDOT^{RED}
IBEROAMERICANA
DE OBSERVAÇÃO
TERRITORIAL



VII WORKSHOP
Red Iberoamericana de
Observación Territorial

Estas dinámicas plantean preguntas acerca de la efectividad del derecho de acceso a la ciudad y el resto del territorio y de formas innovadoras y alternativas de planificación que contemplen posibilidades de lograr equilibrio, justicia territorial y el buen vivir, evolucionando de la competitividad a la productividad, y a la innovación, y de la igualdad entre personas a la igualdad entre territorios, y las políticas que puedan hacerlas realidad. Por lo tanto, este eje tiene como objetivo reflexionar sobre:

- ¿En qué circunstancias se generan territorios (in)justos y en que escalas geográficas se producen? De la desigualdad social a la territorial, formas en que puede hacerse operativo y práctico el 'carácter territorial';
- ¿Cuáles son sus actores y estrategias y qué formas de relación, de gobierno y gobernanza son identificables? Del conflicto a la negociación y el acuerdo para nuevas formas y modelos de desarrollo. Límites al crecimiento y a la innovación. Lecciones aprendidas y propuestas desde experiencias exitosas;
- ¿Qué medidas se pueden tomar para que la(in)justicia territorial -o el (des) orden socio espacial -puedan dar lugar a ciudades y territorios más equilibrados, o promover el desarrollo de territorios más solidaridad y equitativos? Políticas potenciadoras y correctoras. Análisis comparado y de buenas prácticas.

2. Sistemas y dinámicas territoriales: revisando las interrelaciones urbano-rurales.

Coordinadores: Franz Gutiérrez Rey (COL) y Israel Cabeza (COL).

El constructo urbano-rural ha determinado una fragmentación (diferenciación, segregación, entre otros) del territorio, de acuerdo con los procesos de desarrollo de cada sociedad, a diferencia del continuum que significa para otras culturas, de esta manera aparecen diversas visiones para entender estas interrelaciones, dando primacía a alguna de las dos aristas ya sea lo rural o lo urbano. El abordaje de estas realidades, en sus diferencias o conexiones, constituye el principal interés a abordar en este eje, en aras de dar cuenta del sentido que adquiere lo rural y lo urbano en la producción y organización del espacio territorial.



RIDOT RED
IBEROAMERICANA
DE OBSERVAÇÃO
TERRITORIAL



VII WORKSHOP
Red Iberoamericana de
Observación Territorial

En tal sentido, los procesos relacionales como la expansión de sus límites y fronteras obligan a pensar formas de planificación distintas que superen las jurisdicciones tradicionales y permitan nuevas sinergias. Así, surge nuevamente la importancia de la planificación territorial como proceso para enfrentar los desafíos ambientales, sociales, culturales, económicos y político institucionales, de los espacios urbano-rurales que se vislumbran articuladores de procesos y funciones urbanas, como respuesta a las demandas de espacios integrados al interior y exterior de los entes territoriales para subsanar cualquier tipo de fragmentación o desigualdad, junto con la posibilidad de enfrentar el cambio climático y los problemas ambientales de mayor amplitud, potenciadoras de nuevas territorialidades de emancipación y paz.

El interés de este eje se centra entonces en temáticas de la relación urbano-rural y viceversa, en cuanto a las oportunidades, limitantes, problemas, construcción de escenarios y alternativas de solución, en el marco de una relación que permita un mejor estar.

3. Sistemas de apoyo a la toma de decisiones.

Coordinadores: Angel Pueyo Campos (ESP), Marcela Virginia Santana (MEX), Eduarda Marques da Costa (POR) y Carlos López Escolano (ESP).

Los desafíos que plantean procesos como la globalización económica, la hibridación física y digital, el cambio climático, la degradación de los recursos naturales, la contaminación ambiental, la expansión de las metrópolis, la vulnerabilidad social, los desequilibrios territoriales o las crisis pandémicas y sistémicas demandan a los territorios y actores locales nuevos planteamientos teóricos, metodológicos y estrategias para conocer la realidad cambiante y abordar la toma de decisiones.

La gobernanza territorial requiere así de nuevas vinculaciones entre académicos, técnicos, políticos y la sociedad, en donde las herramientas y sistemas de apoyo para la toma de decisiones tienen un papel cada vez más decisivo para el gobierno multinivel (vertical) y multisectorial



RIDOT^{RED}
IBEROAMERICANA
DE OBSERVAÇÃO
TERRITORIAL



VII WORKSHOP
Red Iberoamericana de
Observación Territorial

(horizontal). El interés creciente de la ciudadanía en la participación y el desarrollo de la gobernanza hace necesario avanzar hacia modelos más accesibles, consensuados, incluyentes y participativos para construir territorios y poblaciones más resilientes; al mismo tiempo que la academia requiere reforzar los ámbitos técnicos, políticos y divulgativos ofreciendo sistemas de apoyo a la toma de decisiones útiles para el planeamiento y ordenamiento urbano-territorial.

En este contexto, los sistemas y herramientas de apoyo para la toma de decisiones asumen el reto de contribuir a nuevos desarrollos en diferentes ámbitos: monitoreo y seguimiento territorial a través de las geotecnologías y Sistemas de Información Geográfica, sistemas automatizados de consulta y visores, observatorios geográficos y territoriales, geo-crowdsourcing, valoraciones emocionales o percepción remota. Esta línea temática se dirige a reunir iniciativas, investigaciones y enfoques teóricos y aplicados orientados al diseño y generación de bases de datos georreferenciadas, el análisis espacial, la producción de reportes, cuadros de mando y la obtención de cartografía participativa en tiempo real; como también a la propuesta de métodos e indicadores innovadores para evaluación de políticas, planes y acciones en materia de ordenación y de gestión territorial.

4. El territorio y su ordenación en la agenda política.

Coordinadores: María Elina Gudiño (ARG), Jaime Rebolledo (CHI), Lorena Vivanco Cruz (EQU) y Roberto Sousa (CUB).

Dos iniciativas de Naciones Unidas, la Estrategia 2030 para el Desarrollo Sostenible aprobada en la Asamblea General del año 2015 y de la Nueva Agenda Urbana que surge en la Conferencia Hábitat III realizada en Ecuador en el año 2016, han servido para poner de manifiesto los grandes ejes alrededor de los cuales deben centrar su atención los gobiernos para cambiar el modelo de desarrollo. En este contexto cabe preguntarse entonces: ¿dónde queda el territorio, su planificación y la práctica política de su ordenamiento?, ¿cuáles son los retos que tienen



planteadas nuestras sociedades en materia de organización y aprovechamiento del territorio?

Este eje ofrece un espacio para el análisis y discusión sobre los siguientes temas:

- Ordenamiento Territorial como opción renovada de planificación del desarrollo sostenible, integrando la dimensión territorial a los ODS 2030;
- Cohesión social, económica y territorial, principio del Ordenamiento Territorial que busca alternativas de solución a problemas tales como: asimetría social, identidades excluyentes, marginación, segregación, fragmentación;
- Obtención de mejores Diagnósticos y alternativas de actuaciones en la práctica a partir de la multi-escalaridad, multi-dimensionalidad, y otras conceptualizaciones tales como sistemas relacionales, complejidad, auto-organización, entropía, entorno y procesos;
- Propuestas de lineamientos de planificación y gestión territorial para la toma de decisiones estratégicas sobre la interrelación existente entre cambio climático (crisis ecológica) y aparición de la pandemia COVID - 19 (crisis sanitaria);
- Relaciones entre la política de ordenamiento del territorio y políticas sectoriales (infraestructuras, de protección del medio ambiente, rural, I+D...): límites, posibilidades y opciones (tanto aproximaciones teóricas como -y/o- análisis de casos y experiencias comparadas) para poder extraer algunas lecciones referidas a la gestión multinivel y gobernanza territorial;
- Dificultades y retos para la aprobación y aplicación de los instrumentos que se desprenden de la política de ordenamiento territorial.

5. Ambiente y Territorio: Sostenibilidad y Adaptación.

Coordinadores: María Esther Ayala (MEX) y Eduardo Vedor (BRA).

En el contexto socioambiental global que vive actualmente nuestra sociedad, alcanzar los objetivos del desarrollo sostenible (ODS) son vitales para nuestra permanencia. Algunos de los temas generales y



RIDOT^{RED}
IBEROAMERICANA
DE OBSERVAÇÃO
TERRITORIAL



VII WORKSHOP
*Red Iberoamericana de
Observación Territorial*

desafíos a los que nos enfrentamos requieren aportar estrategias para poner fin a la desigualdad socioeconómica, la pobreza, la inseguridad alimentaria, la pérdida de biodiversidad, la desertificación, la vulnerabilidad de la sociedad ante el cambio climático. Asimismo, dirigir acciones para salvaguardar los recursos naturales, los ecosistemas y sus servicios ambientales; garantizar la salud humana, la educación, promover sociedades pacíficas, igualitarias, inclusivas y el acceso a la justicia.

Por lo tanto, incluir la dimensión ambiental es fundamental para alcanzar la sostenibilidad. El cambio climático y otras formas de degradación ambiental están generando escenarios territoriales complejos en diversos ámbitos de la actividad humana, acrecentando el número de víctimas por exposición a desastres naturales y zonas de riesgo, aumentando la probabilidad de que surjan pandemias como el COVID-19, causando diversas afectaciones a los ecosistemas y sus servicios ambientales, así como su influencia negativa en diversos sectores económicos, como el turismo y el inmobiliario, entre otros.

Estas condiciones están imponiendo complicados retos que requieren la creación de nuevas políticas territoriales y ambientales que permitan la adaptación de la sociedad a los nuevos escenarios. Implementar acciones para crear territorios, ciudades y asentamientos humanos inclusivos, seguros, resilientes y sostenibles. Generar e implementar políticas públicas pertinentes que vinculen la relación salud-ambiente, fortalecer la aplicación del marco normativo ambiental y sus diferentes instrumentos para reducir el impacto generado por las diversas actividades económicas en el territorio y, crear las condiciones para lograr una sociedad sostenible.

ORGANIZAÇÃO:

